






CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DIANTE DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Conceptions and pedagogical practices of early childhood education teachers regarding
education for ethnic-racial relations

Crisley de Souza Almeida **SANTANA**
Educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Três Lagoas/MS, Brasil
crisley.breno@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2724-9792> 

Ione da Silva Cunha **NOGUEIRA**
Educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Três Lagoas/MS, Brasil
ionescnogueira@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4179-2166> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

O racismo e outras formas de preconceito, baseadas em cor da pele e outras características fenotípicas, estão arraigados na história do povo brasileiro, por isso, para almejar a mudança do cenário atual é preciso adotar práticas referenciadas, problematizadas e contextualizadas para que tenham efeito. É possível afirmar que somente as leis e decretos não alteram a realidade, sendo necessário proporcionar meios para que se legitimem no cotidiano. Este artigo traz a descrição de uma pesquisa de campo realizada no ano de 2020 que teve como objetivo de identificar nos discursos de professoras da educação infantil, de que maneira a educação das relações étnico-raciais tem sido desenvolvida em suas práticas. Nesta perspectiva a pesquisa foi realizada no município de Santa Mercedes no interior do Estado de São Paulo, em uma escola de educação básica que atende também a educação infantil, mas apenas com as professoras de crianças entre quatro e cinco anos de idade (Pré I e Pré II). O estudo possibilitou compreender que as concepções presentes na legislação não são plenamente alcançadas na educação infantil. Para se proporcionar uma educação antirracista, é preciso que haja cada vez mais investimento em formação de professores, inicial e continuada, aquisição de materiais e escuta sensível das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças. Formação de professores. Racismo.

ABSTRACT

Racism and other forms of prejudice, based on skin color and other phenotypic characteristics, are rooted in the history of the Brazilian people. It is possible to state that only laws and decrees do not change reality, and it is necessary to provide means for them to be legitimized in everyday life. This article describes a field research carried out in 2020 that aimed to identify, in the speeches of early childhood education teachers, how the education of ethnic-racial relations has been developed in their practices. In this perspective, the research was carried out in the municipality of Santa Mercedes in the interior of the State of São Paulo, in a basic education school that also attends kindergarten, but only with the teachers of children between four and five years old (Pré I and Pré II). The study made it possible to understand that the conceptions present in the legislation are not fully achieved in early childhood education. In order to provide an anti-racist education, there must be more and more investment in teacher training, initial and continuing, acquisition of materials and sensitive listening to children.

KEYWORDS: Children. Teacher training. Racism.

INTRODUÇÃO

A educação para as relações étnico-raciais¹ tem sido uma exigência legal e professores e professoras de todos os níveis da educação básica devem estar preparados para trabalhar com essa questão. Além disso, é também uma exigência ética de seu trabalho, pois detectar e combater todas as formas de preconceito e racismo no contexto educacional é uma questão de educação para a defesa dos direitos humanos. O racismo e outras formas de preconceito baseadas nas características fenotípicas estão arraigadas na história do povo brasileiro, por isso, se almejamos a mudança do cenário atual é preciso adotar práticas referenciadas, problematizadas e contextualizadas para que tenham efeito. É possível afirmar que somente as leis e decretos não alteram a realidade, sendo necessário proporcionar meios para que se legitimem no cotidiano.

Após muitas reivindicações dos ativistas e intelectuais no sentido do alcance de uma educação antirracista, em 2003 houve a ampliação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) nos seus artigos 26 e 79, que determinavam a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

A Lei n.º 10.639/2003 trata da obrigatoriedade da inclusão nos currículos escolares, dos conteúdos de história e cultura brasileira, sendo preciso reconhecer a importância do ensino de história da África, resgatando os valores sociais e culturais que de certa forma permanecem silenciados no âmbito educacional. Assim é possível entender a necessidade de instrumentos legais como a Lei n.º 10.639/2003 que, de acordo com Silva (2015), é uma vitória na educação brasileira, uma conquista da persistência tanto do movimento negro quanto das famílias negras, que não só lutaram para ter acesso aos bancos escolares, como também pelo reconhecimento da contribuição dos seus povos e descendentes na construção da nação brasileira.

Faz-se necessário entender que o artigo 26 A, acrescentado à LDB 9.394/1996, trouxe a necessidade de mudanças não somente na inclusão de novos conteúdos, mas também nas formações iniciais e continuadas de professoras/es para que, em suas práticas pedagógicas, contemplem o estudo da história e da cultura afro-brasileira e

¹ A palavra "raciais" deve ser compreendida como um conceito relacional, constituído historicamente e culturalmente, a partir das relações concretas entre grupos sociais em cada sociedade, abandonando-se o determinismo biológico.

africana e, posteriormente, fizessem a inclusão da história dos povos indígenas pela Lei n.º 11.645/08. Essa alteração aponta também a necessidade de se repensarem os currículos, sendo a educação entendida como um ótimo meio para se combater o racismo. Porém, este artigo não alcançou a Educação Infantil, mas somente o ensino fundamental e médio. Em decorrência disso, houve a inclusão da obrigatoriedade em toda a educação básica e ensino superior, o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no parecer CNE/CP 003/2004. (BRASIL, 2003; BRASIL, 2004; BRASIL, 2008)

A partir dessa concepção, acreditamos que seja de grande relevância o comprometimento das instituições educativas e suas/seus professoras/es com o rompimento do racismo e preconceito, a partir de uma concepção que permita a construção afirmativa e positiva da identidade “racial” das crianças, pois, elas são sujeitos históricos, participantes e ativos sendo importante que se orgulhem de suas culturas e de seus pertencimentos “raciais”.

Este artigo traz a descrição de uma pesquisa de campo² realizada com o objetivo de compreender a partir dos relatos das professoras de Educação Infantil entrevistadas, de que maneira a educação das relações “raciais” tem sido desenvolvida em suas práticas. Nesta perspectiva a pesquisa foi realizada no município de Santa Mercedes no interior do Estado de São Paulo, em uma Escola Municipal de educação básica que atende a Educação Infantil. As entrevistas foram realizadas com professoras que trabalham com as crianças entre quatro e cinco anos de idade (Pré I e Pré II).

A METODOLOGIA UTILIZADA

A partir da preocupação a respeito da necessidade de se educar para a diversidade e da existência de toda uma legislação que indica a importância da educação das relações étnico-raciais ocorrerem ao longo de toda a educação básica, o que inclui a Educação Infantil, percebemos a importância de se investigar de maneira mais acurada o que está ocorrendo nas instituições de Educação Infantil a respeito da educação para as relações étnico-raciais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo com o objetivo de conhecer e analisar como a educação das relações étnico-raciais na educação infantil se efetiva no município de Santa Mercedes-SP a partir do relato dos/as professores/as. A instituição investigada recebe crianças entre quatro a

² O artigo é resultado de uma pesquisa de dissertação de Mestrado em Educação/Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Três Lagoas, aprovado pelo Comitê de Ética - CAAE 29359320.7.0000.0021 - aprovado pelo Parecer CEP - UFMS n.º 4.164.579/2020.

cinco anos de idade, inseridas na pré-escola (Pré I e Pré II), tendo no total oitenta crianças entre os períodos matutino e vespertino.

O município de Santa Mercedes pertence à região administrativa de Presidente Prudente, interior do Estado de São Paulo, na microrregião de Dracena, possuindo uma área territorial de 167,3 km. Tem como municípios limítrofes: Panorama, Paulicéia, São João do Pau d`alho, Nova Guataporanga, Tupi Paulista e Ouro Verde. De acordo com o *site* da prefeitura municipal, a economia local baseia-se na prestação de serviços, principalmente na área rural, seguida pela agropecuária. Dentre as atividades que mais se destacam, está a cana-de-açúcar, cuja produção vem se expandindo nos últimos anos, com a instalação na região de algumas usinas para a produção de açúcar e álcool.

Segundo os dados do IBGE, a população da cidade é composta por 2.943 habitantes. O município contém duas creches municipais e uma escola de Educação Básica I. Atualmente, a escola pesquisada oferece educação para crianças da pré-escola com idade de quatro a cinco anos (Pré I e Pré II) e o Ensino Fundamental I para crianças de seis a onze anos.

Em se tratando da instituição que se constituiu em campo de pesquisa, esta seleção justifica-se por se tratar do espaço de atuação profissional de uma das autoras deste artigo. Ao iniciar a pesquisa, foi solicitado ao assessor de direção escolar o acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição para que, por meio da análise do documento, pudéssemos conhecer a concepção da instituição educativa sobre o assunto.

Por meio de uma abordagem qualitativa, para essa pesquisa foi utilizada a técnica de entrevista semi-estruturada. Essa técnica se apresenta como uma das principais na pesquisa qualitativa e de acordo com Lüdke e André (1986), seu principal benefício é o de integração entre pesquisador e pesquisado. Especialmente no modelo de entrevista semi-estruturada, o grau de hierarquia que existe na relação acaba sendo bastante neutralizado, uma vez que o entrevistado sente liberdade em falar, desde que essa situação seja criada pelo entrevistador.

As entrevistas ocorreram nas datas escolhidas pelas entrevistadas, de forma online, devido ao fato de ter ocorrido em 2020 ainda no auge da pandemia de COVID-19³. Foi utilizada a chamada de vídeo do aplicativo *Whatsapp*. Para a construção das

³ Segundo o Ministério da Saúde, a Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao

entrevistas, foi elaborado um roteiro com sete perguntas abertas⁴, tendo como foco os objetivos propostos da pesquisa. As entrevistas aconteceram no final do segundo semestre do ano letivo de 2020, sendo gravadas e logo após, transcritas para a análise.

A escolha dos sujeitos esteve condicionada ao fato de serem professoras da educação infantil, especificamente da pré-escola (Pré I e Pré II), como também sua aceitação em participar. Assim, foram entrevistadas quatro professoras de pré-escola, sendo duas professoras do Pré I e duas do Pré II, todas pertencentes ao sexo feminino. Visando assegurar o anonimato das participantes, foram utilizadas as siglas P1, P2, P3 e P4 para representá-las, sendo P1 e P2 professoras do Pré I e P3 e P4 professoras do Pré II.

Serão apresentadas a seguir, informações sobre as entrevistadas: Formação profissional, tempo de experiência, conhecimento sobre a educação étnico-racial e sua autoidentificação.

Professora P1 teve sua formação inicial no curso de Magistério. Em seguida cursou a faculdade de Ciências Biológicas e uma complementação pedagógica em nível de pós-graduação em Coordenação Pedagógica. À época da pesquisa, em 2020, atuava há dezenove anos como professora de Educação Infantil, sendo três anos na instituição pesquisada. Afirmou nunca ter feito nenhum curso que desse enfoque à diversidade étnico-racial. Quando questionada sobre sua cor de pele declarou-se branca.

Professora P2 teve sua formação inicial no curso de Pedagogia. Atuando desde 2010 no magistério vindo a se efetivar na rede municipal em 2012. Nunca realizou nenhum curso voltado para a diversidade étnico-racial. Questionada sobre sua cor de pele, declarou-se parda.

Professora P3 iniciou sua formação profissional no curso de Pedagogia. Trabalha no magistério desde 2012, passando a atuar na instituição pesquisada em

subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. Informações no site < <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>> Acesso em 06/03/23

⁴ O roteiro foi composto pelas seguintes perguntas: 1) Você conhece a Lei n.º 10.639/2003, qual o seu entendimento? 2) Você já observou situações de conflitos em sua sala de aula que tenham ocorrido devido à questão racial? 3) Caso isso tenha acontecido, qual foi seu posicionamento? 4) Em sua opinião, as crianças percebem as diferenças entre as pessoas (cor, tipo físico, textura do cabelo). Como demonstram essa percepção? 5) E se elas percebem, quais destas diferenças são vistas de forma negativa entre as crianças? 6) A escola possui materiais pedagógicos, como livros de literatura infantil, brinquedos que levem em consideração as diferenças raciais? Quais? 7) Você desenvolve atividades/projetos voltados para a temática da diversidade étnico-racial no seu dia a dia? Poderia dar exemplos de atividades desenvolvidas.

2018. Já participou de cursos voltados para a inclusão de alunos com deficiência, mas nunca se preocupou em realizar cursos sobre a diversidade étnico-racial. Quando perguntada sobre sua cor de pele, declarou-se branca.

Professora P4 teve sua primeira graduação no curso de Letras/Inglês, logo após fez sua 2ª licenciatura em Pedagogia. Atua no magistério desde 2004 e na Educação Infantil desde 2010. Declarou-se branca.

Importante pontuar que todas as entrevistadas da pesquisa relataram que em suas formações iniciais não houve aprendizagem a respeito das relações étnico-raciais, o que pode levar as docentes a não estarem atentas aos problemas a elas referentes. Segundo as entrevistadas, a falta de cursos sobre a temática dificulta sua percepção e reconhecimento sobre a maneira correta de lidar com as questões, deixando-as inseguras com algumas situações que ocorrem em sala e com medo de falarem algo que possa constranger as crianças e trazer problemas ainda maiores. De qualquer forma, o desconhecimento não pode ser usado como desculpa para a não realização de ações que visem minimizar o preconceito e o ensinar o respeito pelas diferenças, uma vez que essas são questões que dizem respeito aos direitos e deveres de todos os cidadãos, sendo ainda uma forma de respeito aos direitos humanos.

A VISÃO E AS EXPERIÊNCIAS DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A investigação em torno da Educação das Relações Étnico-Raciais requer um aprofundamento em questões complexas, como por exemplo o mito da democracia racial, que estão enraizadas nos discursos da sociedade e que são carregados de preconceitos, racismo e discriminações. De acordo com Assis (2018), o mito da democracia racial se refere ao fato de no entendimento da sociedade, existir uma democracia racial brasileira, transmitindo a imagem de um país que vive em plena harmonia, democraticamente, o que acaba dificultando o combate ao preconceito e à discriminação. Sabe-se, porém, que em várias situações, a cor é requisito predominante para classificar as pessoas e que a cor da pele está condicionada aos problemas sociais e econômicos que estabelecem as relações sociais, as posições, a escolarização, o lugar do sujeito negro, prejudicando-o de conseguir os mesmos benefícios que os brancos, afetando toda a sociedade.

Diante do contexto brasileiro, em que após muitas lutas houve uma conquista em relação à legislação específica para a Educação das Relações Étnico-Raciais, foi dado

início ao processo das perguntas realizadas para as professoras acerca do conhecimento da Lei n.º 10.639/03. Entre as quatro participantes entrevistadas, temos como análise a fala da primeira entrevistada que, logo de início, foi franca ao dizer: “*Eu já li a Lei, mas nunca me aprofundei no assunto, pra te falar a verdade eu lembro que li a lei quando estava estudando para os concursos, sei que ela trata de um assunto importante e sempre caia nas provas*” (**Depoimento verbal da Professora P1, 2020**).

Diante do exposto, a professora (P1) relata somente o conhecimento sobre a existência da Lei, não menciona a obrigatoriedade da efetiva inclusão da temática nos currículos escolares e qual o assunto que deve ser trabalhado. Ainda em sua narrativa, destaca ser uma lei importante, justificando que em vários concursos públicos realizados a Lei estava presente nas questões enunciadas.

Como se pode perceber na fala da entrevistada, há um vago conhecimento da legislação, pois quando se refere às questões das provas realizadas nos concursos prestados, deixa claro que em certo momento precisou consultar a legislação. Sua fala pode demonstrar que muitas vezes o conhecimento da Lei torna-se uma obrigação sem reflexão, o que pode representar uma resistência no seu cumprimento.

Gomes (2012) descreve de forma bem clara que o conhecimento perante a Lei necessita de um aprofundamento pelos professores, pois, a disseminação do saber influencia nas concepções sobre a população negra: “A sanção de tal legislação significa uma mudança não só nas práticas e nas políticas, mas também no imaginário pedagógico e na sua relação com o diverso, aqui, neste caso, representado pelo segmento negro da população” (GOMES, 2012, p. 20). Nesta concepção, entende-se que há a necessidade de mudanças de pensamentos para que haja o reconhecimento da diversidade étnico-racial.

A mesma situação ocorre com a segunda professora (P2), que, ao ser questionada sobre seu conhecimento referente à Lei, discorre:

Conheço sim a lei, por causa de uma colega de outra escola também ter realizado a pesquisa de mestrado na mesma temática, só que a pesquisa dela foi realizada no Ensino Fundamental I, e como eu atuava na Educação Infantil não tive muito conhecimento sobre o assunto, só ouvi falar sobre a lei, mas não conheço detalhadamente. (**Depoimento verbal da Professora P2, 2020**).

Ao refletirmos sobre as palavras das professoras, fica evidente que esse conhecimento da legislação acaba sendo superficial, não tendo um aprofundamento no que de fato se faz urgente de ser explorado nas instituições escolares. Essa superficialidade, segundo Gomes (2012), está condicionada à ideia de que tal conhecimento pode ficar restrito ao indivíduo negro, não sendo reconhecido como uma

das principais questões a serem trabalhadas por todos os professores. Neste sentido, é importante pensar como essas abordagens, ao longo das práticas pedagógicas, vêm sendo contempladas no que diz respeito à compreensão das infâncias brasileiras. Como discutir qualquer assunto na escola, inserir o recorte racial em sua centralidade, uma vez que essa questão afeta sobremaneira as crianças?

A professora (P3) ao ser questionada sobre a existência da Lei, disse que: “Até sei da sua existência, mas não adianta termos as leis se não há suporte suficiente para que possamos desenvolver um trabalho eficaz, como é o caso dessa Lei que você mencionou” (Depoimento verbal da Professora P3, 2020).

Essa fala nos remete aos estudos de Dias (2007) quando menciona que as secretarias de educação precisam estar mobilizadas e prontas a desenvolver um trabalho de formação continuada com as/os professoras/es. Em sua tese, a autora analisou cursos realizados em estados diferentes, sendo um no estado de São Paulo, no município de Campinas, e outro pela secretaria do estado do Mato Grosso do Sul, sendo possível perceber que por meio dos cursos realizados, as professoras refletiram sobre suas experiências vividas em sala de aula, como também as situações de vida. Essa pesquisa demonstra que após a oferta dos cursos as/os professoras/es tiveram novas concepções sobre a temática. Deste modo, parece essencial o investimento em cursos sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais para que mudanças significativas aconteçam nas práticas das/os professoras/es.

A última entrevistada foi extremamente sincera e reconheceu não possuir conhecimento sobre a Lei n.º 10.639/2003 se dizendo “*desatualizada*” (**Depoimento verbal da Professora P4, 2020**). O fato de ter consciência a respeito de sua ignorância sobre um assunto pode ser positivo, desde que o indivíduo busque esse conhecimento, seja nas leis, seja na literatura. Porém, essa falta de preparo e conhecimento perante a lei não é algo recente e mesmo com os avanços conquistados ainda existe um longo caminho a ser percorrido.

As entrevistas realizadas confirmam a necessidade de se pensar numa reeducação para as relações étnico-raciais a fim de que as/os professoras/es sejam, em primeiro lugar, despertadas/os para a importância de se lidar com essa questão em sala e, depois, estejam melhor preparadas/os para fazê-lo.

É importante perceber também que todas as entrevistadas da pesquisa relataram que em suas formações iniciais não houve o trato com as questões étnico-raciais, o que pode levar a uma invisibilidade do assunto. A despeito desse fato, com o crescimento das pesquisas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais e das discussões que

ocorrem até mesmo no ambiente externo à educação formal, o/a professor/a não pode ficar preso/a a esse argumento a ponto de se silenciar diante de situações que ocorrem cotidianamente nas escolas e instituições de educação infantil.

Quando questionada sobre qual era o seu entendimento sobre uma educação que contemplasse a temática “racial”, uma das professoras respondeu contextualizando com uma situação vivenciada:

Você sabe que eu nunca tive problema com aluno por causa da cor. Sabe por quê? Porque eu trato todos iguais, então eu não tenho problema nenhum. Quando eu tinha a minha escola (escola particular), tinha uma menininha branquinha, linda, linda, linda, linda, ela não chegava perto de um menininho bem moreninho. Então o que a gente fazia? A gente beijava ele, abraçava, sabe? E aí, sabe que ela vendo isso, acabou? Então é você tratar todos iguais, porque a gente que está na sala tomando conta, você tem que fazer a criança entender que nós somos todos iguais, independente de cor, raça, de qualquer coisa (Depoimento verbal da Professora P1, 2020).

Em sua resposta, a professora demonstrou suas convicções sobre o assunto. De início, a docente revelou nunca ter tido conflitos devido à cor da pele, o que demonstrou a fragilidade na percepção de situações de discriminação que ocorrem cotidianamente na sociedade e também no ambiente educacional. De acordo com Bento (2012), diversas pesquisas apontam que crianças, desde a tenra idade, percebem suas diferenças físicas, fazem comparações e através de suas atitudes expressam preconceito racial. Assim, apesar de em um primeiro momento a professora P1 considerar nunca ter visto nada, logo se lembrou de um fato acontecido quando teve sua escola particular. Em seu depoimento, ela exalta a beleza da criança branca, repetindo várias vezes a palavra “linda”, fazendo referência ao modelo padrão de criança “linda” elaborado e imposto pela sociedade. Já quando se refere à criança negra, usa a palavra “moreno”, demonstrando não se sentir à vontade para falar sobre o assunto.

Em sua narrativa, ao dizer que a criança branca não quis aproximação com a criança negra, devido à cor de pele, aponta para a necessidade de compreensão do modo como as crianças estão sendo socializadas. De acordo com Abromowicz e Oliveira:

A socialização é um processo social de exercício de poder e saber que se impõe sobre a criança, para produzi-las. A partir dos pressupostos da sociologia, esse processo deve ser entendido e descrito com a participação ativa da criança: ora resistindo, ora reinventando, ora imitando, ora aceitando, ora nada podendo fazer etc. (ABRAMOWICZ e OLIVEIRA, 2012, p. 50).

É importante compreender que a criança ao se socializar é também um sujeito que atua não apenas reproduzindo a cultura do adulto, mas produzindo a cultura da

infância. É preciso superar a ideia de criança ingênua, compreendendo que desde bem cedo, nos primeiros anos da educação infantil, ela tem condições de conversar sobre o assunto e ser apresentada às primeiras questões relacionadas às diferenças e preconceitos. Quando a professora relata o distanciamento da criança em relação ao seu colega, entende-se que em algum momento de sua vida ela teve algum tipo de referência negativa sobre a questão. Segundo Dias (2007), essas experiências muitas vezes estão relacionadas ao corpo, pois aprende-se desde cedo a ver o mundo em uma perspectiva branca. A representatividade positiva exalta apenas um único modelo de infância, tornando-se um espaço hegemônico, valorizando a branquitude na sociedade e no ambiente escolar o tempo todo.

No caso das crianças negras, quando elas têm alguma representação, seja nas imagens, cartazes, livros de literatura escolhidos, muitas vezes essa representação está relacionada a elementos desfavoráveis e negativos referentes a elas o que pode causar na criança uma baixa autoestima e conseqüentemente a negação de seu próprio pertencimento "racial". Em relação à criança branca, manifestam que sentem medo e rejeição, como o caso citado pela professora. Assim, é de grande importância que seja realizada reflexão no espaço educacional, sendo esta a primeira experiência coletiva das crianças, contribuindo com a formação de suas identidades e percepção de mundo.

A professora P1 narra que a sua atitude foi demonstrar em forma de afeto, através de beijos e abraços para a criança branca, que o seu colega era querido e que não tinha motivos para se manter distante. A afetividade foi o único caminho encontrado para a desconstrução da rejeição que a criança estava demonstrando ao seu colega. Essas manifestações de sentimentos têm papel importante nas relações estabelecidas entre crianças e adultos, situação já constatada há mais de vinte anos por Cavalleiro (2000) quando identificou que as crianças negras recebiam menos carinho, atenção e incentivo no desenvolvimento das atividades o que conseqüentemente acarretava um sentimento de rejeição.

Segundo Gomes (2003), as relações estabelecidas com as crianças não se concretizam somente com o conhecimento científico, mas também pelo toque, pela escuta, pela visão, por toda a linguagem expressada através do corpo. Apesar de ser uma atitude positiva da professora, ao indicar esta como a única situação vivenciada, pode demonstrar sua falta de atenção ao problema, não percebendo outras formas de apresentação de preconceito no cotidiano educativo.

Sobre essa questão, Dias (2007) aponta outras abordagens que podem ser trabalhadas no cotidiano da instituição educacional. Primeiramente, segundo a autora,

é preciso ter coragem para lidar com a temática, o que implica tornar visíveis as questões de raça, cor e etnia, sendo este um dos compromissos fundamentais para que a luta antirracista se constitua como prática. Após essa compreensão, o recorte “racial” precisa ser tema central no planejamento, isso por meio da ludicidade que é contemplada pela autora como um dos caminhos fundamentais para o trabalho com a educação das relações raciais. Esse princípio para ser efetivado com êxito, exige a desconstrução da ideia de trabalhar com as crianças somente em datas comemorativas. A abordagem requer vivências de experiências que apresentem a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro, seja através de jogos, brincadeiras, músicas e as diferentes linguagens artísticas, em todo o planejamento.

Outro fato que chama a atenção na fala da professora P1 está no tratamento de igualdade ao qual ela se refere. A maneira como quis mostrar às crianças que somos iguais, nos leva à reflexão sobre o princípio apresentado por Dias (2007, 2012) ao explicitar que é preciso reconhecer as diferenças como algo valioso. A ideia de oferecer um tratamento igualitário a todas as crianças requer que seja exercida no quesito de direitos; já a valorização das diferenças necessita de discussão. A esse respeito, Dias (2012) indica que:

Construir com as crianças pequenas a concepção de que as diferenças observadas na convivência entre seus pares é algo positivo está na contramão da política de identidade que deseja estabelecer hierarquias entre as pessoas. Uma instituição de educação infantil, sempre que pautar seu trabalho por esse princípio estará interrogando a si mesma e aos outros espaços sociais sobre o tratamento dado a essa questão, possibilitando que as crianças pensem nas diferenças como experiência ao mesmo tempo particular e coletiva, que se estabelece na relação entre os sujeitos e não se constitui marca determinada de algum grupo específico (DIAS, 2012 p. 667).

Nesta perspectiva, as práticas relacionadas às questões raciais não podem estar limitadas ao mês de novembro, como sendo o único período a serem trabalhadas. O seu desenvolvimento deve acontecer o tempo todo, desde as discussões provocadas por situações corriqueiras vivenciadas, como o caso relatado pela professora, até às questões trazidas a partir do planejamento. Essas questões necessitam de um diálogo constante na educação infantil e independente da presença de crianças negras para serem trabalhadas. Quando essa tomada de consciência permeia os espaços institucionais, novas premissas são nutridas nas práticas educativas.

A professora P2 apresenta uma situação semelhante ao caso explicitado demonstrando dificuldade e desconhecimento a respeito do assunto ao lidar com a questão:

Eu já tive uma vez, quando peguei uma sala em substituição, uma aluna não quis brincar com aluno moreninho e ela é loirinha dos olhos azuis e ela não quis brincar com ele, ela chegou a falar que ele era negrinho. Assim, pra gente é muito difícil né? Saber como lidar com essa situação. Eu conversei muito com ela, perguntei porque ela estava agindo assim, de onde ela tinha tirado isso e ela bem emburradinha em tudo sabe? Demorou muito para que ela pudesse pedir desculpa para ele. Mas assim, pra falar verdade pra você, é uma situação que a gente nunca espera de uma criança. É algo que já havia colocado na cabeça dela e ela já estava com aquilo, mas aí depois de conversar muito com ela, consegui que ela pelo menos chegasse perto dele, mas ela já tinha uma opinião formada e era uma menininha o que? De 5 anos de idade (Depoimento verbal da Professora P2, 2020).

Logo em sua narrativa inicial, esta professora também demonstrou uma incerteza em relação à forma de se referir à criança negra, recorrendo ao termo “moreninho”. Porém, ao se referir à criança como “moreninho” acaba reforçando o pressuposto do embranquecimento e a negação da identidade racial, criando uma fuga para o enfrentamento dos conflitos vivenciados.

Este posicionamento de insegurança está fortemente ligado à forma estrutural sobre a qual a sociedade foi se constituindo, com normas e valores pré-estabelecidos que tendem a valorizar a branquitude, tratando o diferente com menosprezo. A desconstrução de algo que foi naturalizado durante séculos torna-se uma tarefa árdua, urgente e necessária para o combate das diversas formas de discriminação. Compreende-se que esta luta não se concretiza somente com as mudanças e responsabilidades assumidas pelos profissionais da educação, porém estes são os sujeitos que fazem parte do processo da construção identitária.

Exatamente por isso se mostra de grande relevância a formação de professoras/es para uma educação antirracista, tanto nos cursos de formação inicial, responsabilidade das universidades, quanto na formação continuada, no contexto das secretarias de educação dos municípios.

Gomes (2003) apresenta a ideia de que a identidade negra se constitui através da construção social, histórica e culturalmente vivida, sendo formada pelos aspectos experimentados diariamente em todos os espaços sociais. Assim, a instituição educacional, sendo um desses espaços, também contribui para a aceitação da criança a respeito de seu pertencimento racial. Quando a professora relata a expressão utilizada pela criança como “negrinha”, subentende-se que a menção utilizada foi uma forma da criança expressar o racismo já existente⁵.

⁵ Essas situações fazem lembrar o conto de Negrinha Monteiro Lobato (1920), na qual a personagem é qualificada de forma bastante detalhada, desde o título da obra, onde utiliza o sufixo inha, até a descrição da personagem, nota-se um tratamento pejorativo dado à personagem principal do conto.

Neste contexto, as palavras proferidas trazem informações importantes para o ambiente educativo, possibilitando discussões sobre o assunto quando devidamente oportunizadas, proporcionando reflexão a todos os envolvidos pela situação. Por outro lado, a desconsideração dessas questões, não possibilita às crianças a oportunidade de expressarem seus questionamentos, a forma como têm aprendido a enxergar a vida, bem como as relações estabelecidas com o mundo adulto, mantendo-as imersas no processo de homogeneização.

Nesta situação, a professora expressou o quão complexo foi para ela lidar com esse episódio, recorrendo ao diálogo, indagando à criança o porquê de tal comportamento. Em relação a essa questão, Dias (2007), explicita que diversas vezes o distanciamento entre as crianças acontece na hora de fazer escolhas durante as brincadeiras, demonstrando suas preferências de pares ao brincarem.

Por meio desta situação, a criança que vivenciou este fato negativo pode ter expressado diversos sentimentos e atitudes, às vezes se recusando a participar das atividades ou encontrando no ato de bater em outras crianças, uma forma de se proteger das ações que vivencia. Muitas vezes, as crianças por não serem compreendidas, são vistas como agressivas e as instituições, por não enxergarem as mazelas do racismo, reforçam as hierarquizações sociais constituídas. Essa ideia também é reforçada por Santiago quando diz que:

Por meio de inúmeras linguagens, os meninos pequeninhos e as meninas pequeninhas produzem uma cultura infantil que demonstram sua insatisfação frente à discriminação e ao rechaçamento a que são expostos/as, não sendo passivos/as a esse processo; por meio de diferentes linguagens demonstram essa violência que marca seus corpos, criando movimentos que possibilitam seres vistas, mesmo que para isto seja necessário promover ações que à primeira vista possam parecer estranhas ou inadequadas. (SANTIAGO, 2015 p. 148).

Nesses momentos de conflito é possível perceber que as crianças trazem consigo conhecimentos e preconceitos existentes na sociedade e, por isso, é importante promover a reflexão e o debate a respeito do assunto, possibilitando que ampliem sua visão e conhecimento a seu respeito.

O Projeto Político Pedagógico, disponibilizado pela instituição pesquisada, faz orientações às/aos professoras/es de educação infantil para que programem situações de aprendizagem que conduzam à superação de problemas individuais e coletivos, por meio de atividades lúdicas como os jogos, brinquedos e brincadeiras. Sendo assim, no episódio descrito pela professora P2, a oportunidade poderia ter sido aproveitada para se ampliar o diálogo a respeito do assunto com todas as crianças, envolvendo-as em experiências positivas. A dificuldade na abordagem do problema e no desenvolvimento

de práticas pedagógicas identificadas por meio da fala da docente, podem ser decorrentes da falta de formação inicial e continuada, que porém, mas que precisam de uma solução urgente.

A esse respeito Dias (2012) mostra quão significativos foram os cursos realizados por professoras em sua pesquisa sobre a educação das relações raciais e por mais que a formação dos professores seja um dos elementos que muito têm sido falado nas literaturas, ainda se faz necessário reforçar este aspecto. Desse modo, as dificuldades encontradas pelas professoras poderiam ser minimizadas, pois nas várias situações poderiam recorrer ao que tivessem estudado, transformando suas práticas. Além disso, haveria uma maior articulação com o Projeto Político Pedagógico, segundo o qual os momentos de planejamento provocariam o debate sobre as questões de diversidade racial, facilitando aos educadores suas abordagens com as crianças:

Cursos como os analisados têm caráter de ampliação nos modos de atuar dos professores, causando impacto benéfico nas suas práticas em sala de aula e influenciando a dinâmica de ensino-aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento. Foi isso que nos relataram as professoras que criaram metodologias, organizaram de modo autônomo os currículos, influenciaram na reformulação dos projetos pedagógicos, dominaram a metodologia de projetos e exigiram a compra de materiais, demonstrando esse impacto positivo em sua prática pedagógica, potencializando atitudes criativas e formuladoras de políticas (DIAS, 2012. p.192).

A professora P3 fez um relato sobre a percepção das crianças a respeito de cor de pele e cabelo. Segundo o relato da professora:

Eles percebem sim, alguns não dão tanta atenção para o assunto, mas outros já ficam mais atentos. Que nem o ano passado eu peguei uma salinha de maternal lá na creche, nós estávamos lá fora medindo o tamanho deles. E aí foi quando um começou a falar aí o meu cabelo é loiro e seu cabelo é preto professora. Então eles percebem sim que há diferenças entre eles na cor da pele, até porque a gente trabalha isso né, quando eu vou pedir para pintar eu explico para eles que não existe uma só cor de pele, porque eles já têm aquela opinião formada sobre o lápis de cor de ser aquele tom salmão né? Eles querem pintar todas as pessoas daquela cor **(Depoimento verbal da Professora P3, 2020).**

Esta questão é vista por Gomes (2003) como sendo um dos aspectos que mais predomina na construção da identidade. Ao fazer seu depoimento, a professora P3 levanta vários aspectos que necessitam de reflexões pontuais. Quando aborda que alguns ficam bem atentos ela aponta para a necessidade de se ter um olhar sensível sobre as crianças. No caso apresentado, a reflexão feita pela criança demonstra a necessidade de desconstrução de práticas que limitem o desenvolvimento de realização de atividades pontuais sem relação com as questões étnico-raciais. As vozes das crianças devem ser ouvidas e observadas em suas construções sociais.

Outro aspecto abordado pela professora P3 diz respeito à pintura realizada pelas crianças no desenvolvimento das atividades. Como mencionado pela docente, as crianças chegam à pré-escola com uma opinião formada sobre o lápis salmão sendo para elas a referência de cor da pele. A pintura na educação infantil acontece rotineiramente, seja nos desenhos que são proporcionados ou nos momentos de desenhos livres, durante os quais expressam sentimentos e seus modos de ver o mundo, que em outras situações não são perceptíveis. A professora mesmo relata, que apesar de explicar que não existe uma única cor de pele, sempre acontece uma resistência por parte das crianças em escolherem outro lápis além do salmão para pintar os desenhos.

Esse exemplo ilustra o que Farias (2016) narra sobre representação padronizada, sendo a cor da pele naturalizada pelo lápis salmão e que embora essa naturalização não seja iniciada na educação infantil, a etapa educacional pode contribuir com seu fortalecimento, proporcionando o silenciamento da diversidade racial e conseqüentemente vir a reforçar atitudes discriminatórias.

Este depoimento da professora P3 que interage diariamente com acontecimentos desse tipo, trouxe lacunas que levam à reflexão sobre como as experiências estão sendo conduzidas nas creches e pré-escolas. O fato da docente afirmar que as crianças já vêm para a pré-escola com uma ideia formada sobre a cor de pele, demonstra que ela também já se encontra adaptada a tal situação e se acomodou sem contribuir para uma mudança de visão das crianças.

Nesse contexto, várias situações favorecem o esquecimento e o preconceito em relação à criança negra no ambiente da creche e da pré-escola, o que impulsiona a reflexão de como está sendo o acolhimento dos profissionais em relação a essas crianças. Recorrendo aos estudos de Santiago (2019) é possível compreender que:

O corpo negro do bebê é marcado pela desigualdade desde o primeiro choro. Afinal, ele não necessita de tanto dengo, ele não representa o modelo de beleza e uma pequena mordida em um/a colega pode levá-lo ao estigma de futuro/a criminoso/a (SANTIAGO, 2019, p. 113).

Desta forma, o autor expõe que as primeiras experiências racistas acontecem exatamente nas creches, quando os adultos que interagem com as crianças perdem de vista a existência dos corpos negros e seu direito ao colo e ao sentimento de aconchego e pertencimento ao grupo, tanto quanto as crianças brancas. Assim, dar voz à criança implica no reconhecimento das diferentes manifestações que são expressas, colaborando com uma educação antirracista.

A respeito da percepção das crianças frente à questão racial, a professora P4 faz a seguinte afirmação:

Eu nunca notei. Não entre eles. Quando a gente entra nessa temática, em algumas situações eu nunca percebi que isso pudesse afetar algum deles, ou que eles não gostassem. Até porque alguns não dão tanta importância, então quando a gente entra no assunto eles se dispersam sabe? Isso com os pequenos. Que nem, por exemplo uma vez no 2º ano eu já ouvi uma menina de cor, assim da minha cor falar que é branca, mas aí eu não discuti com ela eu deixei ela, assim eu nem soube como lidar com essa situação né? É como se ela não estivesse se aceitando. Essa foi uma situação que eu não soube nem o que falar no dia. (Depoimento verbal da Professora P4, 2020).

É possível perceber que a professora evidencia em sua fala algumas contradições, pois em algum momento compartilha os conflitos enfrentados por ela mesma e em outro narra que a criança não tem percepção negativa frente às diferenças raciais e que ambas não dão tanta importância ao fato. Nesta fala, a docente conduz à reflexão do esvaziamento que ainda opera nos espaços institucionais, reproduzindo os moldes da colonização. De acordo com Gomes (2019):

Ao negar que crianças pequenas discriminam racialmente umas às outras e não intervir pedagogicamente para a superação dessa situação, damos espaço para o racismo crescer e se tornar um constituinte das suas identidades. Quer sejam negras ou brancas – afetadas de forma específica pelo racismo – ele precisa ser indagado, problematizado e combatido (GOMES, 2019 p. 1027).

Este aspecto que se mostra bem forte nas falas das professoras, demonstra a incompreensão ou até mesmo desconhecimento do fato de as crianças desde a educação infantil produzirem e reproduzirem o racismo. Tal questão pode ser percebida no relato da professora P4 que traz o exemplo de um aluno do segundo ano do ensino fundamental.

A professora P4 se auto identificou como negra, e ao relatar o caso de não aceitação de uma criança sobre o seu pertencimento racial apresenta à pesquisadora, uma situação comparando sua cor com a da criança, explicitando que eram iguais, mas que a criança não se identificava assim. Contudo, percebe-se que a docente em nenhum momento usou a palavra negra, quando queria proporcionar esse entendimento, mas utilizava a expressão “era de cor”. Essa postura, talvez seja consequência da violência colonial que ela também deve ter sofrido e o encobrimento da palavra possivelmente esconde as dores que foram vivenciadas. A professora relatou que não quis entrar em discussão com a criança e preferiu o silenciamento, não sabendo como intervir e ajudar.

Esse acontecimento, dentre os vários episódios citados pelas professoras, demonstra quão importante e necessária é a educação para e nas relações étnico-raciais

desde a educação infantil, como defendem e indicam Souza, Dias e Santiago (2017). Ao promover práticas antirracistas desde a pequena infância, as experiências sutis que são tidas como sem importância e assumidas como que de poucos prejuízos às crianças, precisam ser revistas e como consequência, as metodologias precisam ser pensadas para as diversas infâncias presentes, libertando tanto crianças, quanto adultos, do modelo idealizado.

A URGÊNCIA DE ATIVIDADES E MATERIAIS QUE PROMOVAM UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir das reflexões proporcionadas e das lacunas formativas expressadas nos depoimentos das professoras, se passou ao momento de análise das atividades e materiais utilizados pelas docentes em seu cotidiano. Um dos questionamentos foi a respeito de quais os materiais que estariam sendo oportunizados às crianças que pudessem ser identificados como materiais que colaborassem com a execução de práticas pedagógicas de uma luta antirracista. Diante deste questionamento, a professora P1 apresentou a seguinte resposta:

Temos alguns materiais, mas é muito discrepante em relação aos outros, realmente, acho que temos algumas bonecas. Sabe que agora, devido a pandemia, muitos livrinhos em PDF estão sendo disponibilizados e eu estou vendo bastantes livrinhos sobre a temática, mas eu sei que não adianta ver e não trabalhar né. Sua pesquisa é muito interessante, um assunto que confesso pra você que passava despercebido (Depoimento verbal da Professora P1, 2020).

Percebe-se na fala da docente, o pouco investimento dado para a aquisição de materiais relacionados à temática. O único recurso identificado foram as bonecas, porém expressou dúvidas em sua resposta sobre a real existência e a quantidade. Cita ainda saber sobre a existência do que identifica como “livrinhos em PDF”, mas não se refere a eles como algo utilizado. Essa situação mostra o descaso institucional com a questão, possivelmente ainda presa aos moldes da colonização. Diante desse depoimento, surgem outros questionamentos: Será que somente a inserção de bonecas/os negras/os possibilita ações eficazes de valorização da igualdade racial e de combate ao racismo? Sobre essa questão Araújo e Dias (2019) oferecem algumas reflexões:

A brincadeira com bonecas tem sido um fértil momento em que as crianças falam e, a partir da escuta dessas vozes, instiga-nos a pensar sobre suas experiências: o que estão sendo oferecidas pelo mundo adulto para que elas possam construir múltiplos aportes acerca da vida e dos grupos étnico-raciais aos quais pertencem. (ARAUJO; DIAS, 2019 p.9).

Porém as autoras alertam para o fato de que somente o oferecimento de bonecas negras/os sem a observação de uma escuta ativa sobre o que as crianças dizem e como reagem às experiências vividas entre os seus pares, não é suficiente para se alcançar os resultados desejados. Diante disso, a inserção desse tipo de material necessita de uma reeducação de como disponibilizar e intervir nos espaços educativos, de maneira que as crianças possam expressar suas culturas infantis e ao mesmo tempo reproduzi-las ao seu modo, através das experiências positivas que são partilhadas com o mundo adulto, apontando para a necessidade de formação para a realização dessas ações.

Nestas circunstâncias, os Centros de Educação Infantil podem ser vistos como importantes integrantes na luta, necessitando, porém, de investimentos para que haja diversidade de materiais no momento de se propor experiências e atividades que contemplem as diversas crianças. Apesar de num primeiro momento ter se referido apenas às bonecas e “livrinhos em PDF”, a Professora P1 completou seu relato:

Não temos muito materiais, mas eu vejo o que consigo fazer dentro das minhas condições. Eu costumo trabalhar com fotos das crianças e de suas famílias, porque assim eu já trabalho as diferenças. Também tento procurar músicas. Neste ano, eu mandei pelo Whatsapp o vídeo da brincadeira: roda africana com a música da África do DVD do Palavra Cantada. Agora na escola temos fantoches que dá pra trabalhar este assunto. E tem alguns livros na biblioteca que dá pra trabalhar também.” (Depoimento verbal da Professora P1, 2020).

O ato de ir em busca de novas estratégias em suas práticas pressupõe a resistência da professora em não se silenciar diante dos poucos materiais disponíveis na instituição. Esta segue em busca de outros meios de aprendizagem e possibilita às crianças de diferentes realidades, enxergar positivamente novos modelos de existência.

Embora a professora não perceba de maneira clara, este movimento construído por ela, explicita sua posição frente ao trabalho com a diversidade. Ao oportunizar as crianças trazerem fotos de seus familiares, a docente está possibilitando que as crianças contem sobre suas culturas, suas histórias familiares, suas vidas. Mesmo trabalhando com a diversidade de uma forma mais ampla, ao ouvir as crianças, está proporcionando que o diálogo com a temática racial também seja trabalhado. Além disso, o oferecimento de diferentes estilos musicais, possibilita o conhecimento e a compreensão da diversidade, como também conduz a conhecimentos básicos sobre a cultura popular, tornando-se uma ferramenta a mais em defesa da luta antirracista. Ainda sobre musicalidade, Trindade (2005) expõe a necessidade de cuidado nas escolhas musicais para que não se caia em estereótipos que não considerem as diversidades de infâncias.

Vamos ouvir músicas que falem da nossa cultura, que desenvolvam nossos sentidos, nosso gosto para a música e, com isso, não produzimos alienados musicais desde a tenra idade. Nosso país é riquíssimo em ritmos musicais e em danças, que tal investirmos neste caminho? Conhecer para promover. (TRINDADE, 2005, p. 34).

Assim, entende-se que a música fortemente presente nas instituições de educação infantil constitui um dos caminhos para a promoção da igualdade racial, porém para que este recurso não tome outros sentidos se faz necessário estudo e conhecimento para que esta prática venha a ser uma ação transformadora.

Ainda sobre os materiais utilizados, a professora P3 faz o seguinte relato:

Não me lembro de ter muitos materiais sobre esse assunto, acho que é porque a escola, nós mesmo, a gente se prende muito com o desenvolvimento da criança se ela está aprendendo ou não e acaba não dando tanta atenção para este assunto, mas deveríamos, por ser um tema tão importante. Agora que você está fazendo esta pesquisa fica mais fácil pra gente pensar nas aulas né?
(Depoimento verbal da Professora P3, 2020).

A narrativa exposta pela professora, nos remete à reflexão sobre o que de fato está sendo considerado como desenvolvimento e aprendizagem. De acordo com Silva (2007), torna-se necessário compreender como os processos de ensinar e aprender foram se constituindo ao longo da história para que outras práticas pedagógicas venham a ser realizadas em prol da Educação das Relações Étnico-Raciais. Ainda segundo a autora, ao falar em aprendizagem, faz-se necessário refletir sobre as identidades presentes nos diversos contextos de cultura para que as experiências proporcionadas educativas não se baseiem somente em um único grupo étnico, mas que outros contextos sejam conhecidos.

No tocante a educação infantil, quando há a superação desses preceitos, as histórias não se limitam somente aos contos de fadas tradicionais como: *Branca de neve, Cachinhos dourados, Chapeuzinho vermelho*, dentre outras. As infâncias podem ou não serem representadas nesse tipo de material, sendo importante perceber quais experiências culturais necessitam ser proporcionadas às crianças, observando e reconhecendo as várias formas de aprender. Diante disso, uma educação infantil que preconize a qualidade da educação e do cuidado, sendo estes os pilares da Educação Infantil, precisa estar pautada nas crianças, no que dizem, do que demonstram gostar, afim de que os planejamentos sejam repensados.

Finalizando a apresentação da pesquisa de campo realizada, é importante apresentar a seguinte fala da professora P4 que expôs a literatura infantil como sendo uma das ações importantes no trabalho com a diversidade étnico-racial.

Eu gosto de trabalhar com projetinhos como a história da "Menina bonita do laço de fita" e "Bruna e a galinha d'Angola". Ano passado eu e uma amiga na creche, fizemos recriações dos contos de fadas, e dentro do projeto passamos o filme da Princesa e o Sapo. Foi bem legal, as crianças adoraram (Depoimento verbal da Professora P4, 2020).

Em sua fala, a entrevistada relata alguns livros da literatura infantil que abordam as questões raciais. Os livros citados estão presentes em diversas pesquisas como a de Dias (1997) e Oliveira (2010), que mesmo sendo pesquisas que aconteceram há algum tempo, demonstram que essa literatura ainda pode ser vista como um importante material. Observa-se que o clássico livro de Ana Maria Machado, *Menina Bonita do laço de fita* surgiu antes da Lei 10.639/2003, o que leva ao entendimento de que a história abordada no livro passou a ser uma referência no desenvolvimento de atividades educativas. Apesar de haver a necessidade de atualização, pois algumas outras boas obras foram lançadas, já é um começo.

Além dessa história, a professora P4, citou a obra *Bruna e a galinha d'Angola*, produzida no ano de 2009 da autoria de Gercilga de Almeida. A história em questão também foi referenciada em pesquisas como as de Silva e Souza (2013) como sendo um dos contos bastante explorados. Eles apresentam aspectos positivos sobre o livro ao trazer tanto em seu enredo, quanto nos personagens e ilustrações, conhecimentos sobre a africanidade.

Pode-se dizer que ao trabalhar essas duas obras da literatura infantil, a professora certamente contribuiu para o reconhecimento da diversidade racial. Porém, somos alertados sobre a necessidade de se tomar cuidado para que a literatura não venha a ser somente um meio didatizante, pois de acordo com Dias:

Se o que mais almejamos é uma literatura infantil que subverta lógicas didatizantes e se apresente às crianças como um produto cultural, garantir a elas o acesso a obras com valorização da diversidade étnico-racial (e não apenas a partir de um grupo) é também reivindicar qualidade literária. (DIAS, 2019, p. 17).

Assim, o que se espera com a utilização dessa literatura é que os livros escolhidos e utilizados pela professora em suas práticas colaborem para o conhecimento de novas culturas e que as vozes das crianças negras sejam ouvidas, compreendendo que muitas vezes permanecem ocultas. Somente através das narrativas, consegue-se proporcionar experiências positivas e emancipatórias, mas seria importante haver contato com mais obras e materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das respostas obtidas pela pesquisa de campo, é possível perceber que ocorrem práticas pedagógicas que contemplam a educação das relações étnico-raciais, porém em alguns momentos elas se mostram fragilizadas diante de alguns conceitos e concepções que ainda não foram superados. Durante a pesquisa constatou-se que, ao mesmo tempo em que as pesquisadas percebiam situações de conflito, o mito da democracia racial se mostra muito forte em suas narrativas como o suposto “tratamento igualitário” oferecido a todas as crianças, assim como a falta de percepção de problemas relacionados ao tema nas situações relatadas.

Para minimizar esse problema é importante que universidades adequem a formação inicial das/os professoras/es, em todos os níveis, mas, principalmente, para a educação infantil, ao mesmo tempo em que as Secretarias de Educação proporcionem cada vez mais reflexão e conhecimento sobre o assunto em suas formações continuadas.

Aliado a isso, para que os avanços se tornem cada vez mais constantes é necessário que haja investimentos na aquisição de materiais diversificados a serem utilizados nas atividades propostas. Em pleno século XXI não é mais possível que os sistemas de ensino utilizem a falta de materiais como desculpas para a não realização de um trabalho adequado em qualquer que seja o nível educacional.

A discussão é ampla e outros tensionamentos podem surgir nesse caminho, porém, devido aos limites de tempo e espaço naturais para a escrita de um artigo é necessário concluir. Gostaríamos de finalizar chamando a atenção para a questão central que deve ser a preocupação de todo/a professor/a na Educação Infantil: as crianças e suas infâncias. Ouvir as crianças e conhecer de perto seus olhares sobre o assunto se mostra de grande importância para que os adultos que atuam junto às crianças nas instituições de educação infantil se mostrem mais alertas para a questão. As narrativas aqui descritas nos deixaram evidentes indícios de que as crianças têm o que dizer sobre o tema e podemos, aliás devemos, conhecer quais são as visões e os sentimentos construídos por crianças negras e brancas em uma sociedade estruturalmente racista. A partir dessas escutas será possível pensar e propor mudanças.

Este pode ser objeto de muitas outras pesquisas, porém, se faz necessário compreender que é obrigação de cada professor/a, de Educação Infantil ou de outros

níveis educacionais, a luta por uma creche, pré-escola e escola mais atenta às diversidades, que combata o preconceito e o racismo, valorizando as crianças em suas múltiplas infâncias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA NO BRASIL: alguns aportes. In: BENTO, Maria Aparecida Silva. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012. p. 50-64. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf. Acesso em: 08 out. 2021.

ARAUJO, Debora Cristina de; DIAS, Lucimar Rosa. Vozes de Crianças Pretas em Pesquisas e na Literatura: esperar é o verbo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e88368, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/88368>. Acesso em: 2 fev. 2022.

ASSIS. Lílina Cotinho de. **Referentes político-normativos de cumprimento dos artigos 26- a e 79-b da Lei de Diretrizes e Bases**: uma pauta para a igualdade racial nas escolas. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê**. São Paulo: Editora Nacional, 2007.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil, Psicologia Social do Racismo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Planalto. Lei de Diretrizes e Bases. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 ago. 2020

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: 10 jan. 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECADI; SEPPPIR, 2009.

CAVALLEIRO, Elaine dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Lucimar Rosa. **Diversidade Étnico-racial e Educação Infantil**. Três Escolas. Uma questão. Muitas Respostas. Diss. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.

DIAS, Lucimar Rosa. **No fio do horizonte: educadoras da primeira e o combate ao racismo**. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

DIAS, Lucimar Rosa. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, pp. 661-674, 2012.

FARIAS, Ana Carolina Batista de. **Loira você fica muito mais bonita**: relações entre crianças de uma EMEI da cidade de São Paulo e as representações étnico raciais em seus desenhos. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação – Sociologia da Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GOMES, Ana Maria Rabelo. **Aprender a cultura**. In: GUTIERREZ, A.; LOUREIRO, H.; FIGUEIREDO, B. Cultura e Educação: parceria que faz história. Belo Horizonte: Mazza Edições; Instituto Cultural Flávio Gutierrez/MAO, 2007. p. 29-43.

GOMES, Nilma Lino. Raça e educação infantil: à procura de justiça. **Revista E-Curriculum**, [S.L.], Portal de Revistas PUC-SP, v. 17, n. 3, pp. 1015-1044, 28 set. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i3p1015-1044>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GOMES, Nilma Lino (org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003**. Brasília: MEC, UNESCO, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília-DF, 2005.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. O. **Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 63, p. 27-29, nov. 1987.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA. Alaíde Lisboa de. **Bonequinha preta**. Editora: Lê, 2004.

OLIVEIRA, Fernanda Silva de. **Vozes da docência: o desafio da implementação do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na prática pedagógica**. 2010.

Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SANTIAGO, Flávio. Gritos sem palavras: resistências das crianças pequenininhas negras frente ao racismo. **Educ rev** [Internet]. 2015.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**, [S.L.], v. 9, n.º 2, pp. 161-188, 31 ago. 2015. FAI-UFSCar. <http://dx.doi.org/10.14244/198271991137>. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1137>. Acesso em: 1.º ago. 2020.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; SOUZA, Gizele de. Relações étnico-raciais e práticas pedagógicas em Educação Infantil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 29, n. 47, p. 33-50, mar. 2013. Contínuo. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar>. Acesso em: 14 jan. 2021.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros na Educação Infantil. In: **Boletim 22 [do] MEC – Valores Afro Brasileiros na Educação**, nov. 2005.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DIANTE DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Conceptions and pedagogical practices of early childhood education teachers regarding education for ethnic-racial relations

Crisley de Souza Almeida Santana

Mestrado em Educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Educação
Três Lagoas/MS, Brasil
crisley.breno@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2724-9792>

Ione da Silva Cunha Nogueira

Doutorado em Educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Educação
Três Lagoas/MS, Brasil
ionescnogueira@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4179-2166>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Av. Ranulpho Marques Leal, 3484 – Secretaria de Pós-Graduação - CEP 79613-000 – Três Lagoas/MS - Brasil

AGRADECIMENTOS

Nosso agradecimento à direção da instituição onde a pesquisa foi realizada, bem como às professoras que gentilmente participaram da pesquisa.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CAAE 29359320.7.0000.0021 - Parecer CEP - UFMS n.º 4.164.579/2020.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 29-08-22 – Aprovado em: 08-03-23